



**ESTADO DE MATO GROSSO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE PARANATINGA**

**PARECER JURÍDICO Nº 083/2025, PJ/CM.**

**PROJETO DE LEI Nº099; 100; 101/2025**

**AUTOR: PREFEITO MUNICIPAL.**

**ASSUNTO:** Autorizar a abertura de Crédito Adicional Especial, no valor total de R\$ 3.750.059,77 (três milhões, setecentos e cinquenta mil, cinquenta e nove reais e setenta e sete centavos),

**INTERESSADO:** comissões permanentes da câmara municipal de Paranatinga.

*EMENTA: DIREITO FINANCEIRO E ORÇAMENTÁRIO. PROJETO DE LEI Nº 099/2025. ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL. UTILIZAÇÃO DE SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR E EXCESSO DE ARRECAÇÃO. INCLUSÃO DE PROGRAMA NOS ANEXOS DO PLANO PLURIANUAL (PPA 2022-2025). CONFORMIDADE COM O ART. 167, INCISO V, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL E ART. 43, § 1º, INCISO I, DA LEI FEDERAL Nº 4.320/64. PARECER PELA CONSTITUCIONALIDADE E LEGALIDADE, OBSERVADAS AS FORMALIDADES LEGAIS.*

**RELATÓRIO**

Trata-se de solicitação de parecer jurídico sobre o Projeto de Lei nº 099; 100; 101/2025, de autoria do Poder Executivo Municipal de Paranatinga, que "AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL INCLUI NOS ANEXOS DO PLANO PLURIANUAL – PPA 2022-2025, LEI Nº 2259/2021, O PROGRAMA QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Os Projetos de Lei em questão visa, em seu Art. 1º, autorizar a abertura de Crédito Adicional Especial, no valor total de R\$ 3.750.059,77 (três milhões, setecentos e cinquenta mil, cinquenta e nove reais e setenta e sete centavos), destinado à cobertura de despesas com o Projeto/Atividade 1315 – "Drenagem Pluvial da Avenida XV de novembro, Alto dos Bandeirantes e Bueiro no Jardim Paraíso, Recursos do





**ESTADO DE MATO GROSSO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE PARANATINGA**

FEP/CFM", sob a Função 15 – Urbanismo e Subfunção 451 – Infraestrutura Urbana, no âmbito da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos.

A proposição fundamenta a abertura do crédito na existência de Superávit Financeiro do Exercício Anterior/Balanco Patrimonial Anexo XIV/2024 e Excesso de Arrecadação do Exercício Financeiro, conforme previsto no Art. 167, Inciso V, da Constituição Federal e no Art. 43, § 1º, Inciso I, da Lei Federal nº 4.320/64. O Art. 2º do Projeto de Lei detalha as fontes de recursos que darão cobertura ao crédito adicional, discriminando os valores por fonte (Recursos não Vinculados de Impostos, Transferências da União referentes a compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Naturais e Minerais), totalizando o montante autorizado.

A Mensagem que acompanha o Projeto de Lei reitera a justificativa para a abertura do crédito, destacando a necessidade de atender despesas com o projeto de drenagem pluvial, essencial para a infraestrutura urbana do município.

É o relatório.

### **FUNDAMENTAÇÃO**

A análise dos Projetos de Lei nº 099; 100; 101/2025 exige a compreensão de conceitos fundamentais do Direito Financeiro e Orçamentário brasileiro, bem como a verificação de sua conformidade com as normas constitucionais e infraconstitucionais pertinentes.

#### **1. Do Objeto do Projeto de Lei nº 099; 100; 101/2025: Abertura de Crédito Adicional Especial e Inclusão no PPA**

O cerne do Projeto de Lei nº 099; 100; 101/2025 reside na autorização para a abertura de um Crédito Adicional Especial. Os créditos adicionais são autorizações de despesa não computadas ou insuficientemente dotadas na Lei Orçamentária Anual (LOA), mas que se fazem necessárias durante o exercício financeiro. Eles representam uma flexibilização do orçamento, permitindo que o Poder Executivo atenda a demandas urgentes ou supervenientes, desde que observadas as condições e limites legais.





## ESTADO DE MATO GROSSO CÂMARA MUNICIPAL DE PARANATINGA

A proposição também visa a inclusão do programa nos anexos do Plano Plurianual (PPA 2022-2025), Lei nº 2259/2021. O PPA é o instrumento de planejamento de médio prazo do governo, que estabelece as diretrizes, objetivos e metas da administração pública para as despesas de capital e outras delas decorrentes, e para as relativas aos programas de duração continuada. A inclusão de um novo programa ou atividade no PPA é crucial para garantir a conformidade do gasto com o planejamento estratégico do município.

### 2. Dos Créditos Adicionais e Suas Espécies

A Lei nº 4.320/64, que estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, em seu Art. 41, classifica os créditos adicionais em três espécies:

**Suplementares:** Destinados a reforçar dotação orçamentária já existente, mas que se mostrou insuficiente.

**Especiais:** Destinados a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica na LOA. É o caso do presente Projeto de Lei, que busca criar uma dotação para o projeto de drenagem pluvial.

**Extraordinários:** Destinados a despesas urgentes e imprevistas, como as decorrentes de guerra, comoção interna ou calamidade pública.

Os Projetos de Lei nº 099; 100; 101/2025, ao propor a abertura de um "Crédito Adicional Especial", está em consonância com a classificação legal, uma vez que a despesa com a drenagem pluvial, embora relevante, não estava previamente contemplada na LOA com dotação específica.

### 3. Das Fontes de Recursos para Abertura de Créditos Adicionais Especiais

A Constituição Federal de 1988, em seu Art. 167, Inciso V, estabelece que "a abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes" é vedada. Este dispositivo



**ESTADO DE MATO GROSSO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE PARANATINGA**

constitucional impõe duas condições essenciais para a abertura de créditos adicionais: a autorização legislativa (que o presente Projeto de Lei busca obter) e a indicação dos recursos correspondentes.

A Lei nº 4.320/64, em seu Art. 43, § 1º, detalha as fontes de recursos que podem ser utilizadas para a abertura de créditos adicionais, dentre as quais se destacam, para o caso em tela:

I - O superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior: O superávit financeiro ocorre quando o ativo financeiro supera o passivo financeiro, acrescido dos créditos adicionais abertos com superávit do exercício anterior e das operações de crédito a eles vinculadas. É um saldo positivo de recursos que não foram utilizados no exercício anterior e que podem ser reprogramados.

II - Os provenientes de excesso de arrecadação: O excesso de arrecadação se verifica quando a arrecadação efetiva de receitas supera a previsão orçamentária para o exercício.

O Projeto de Lei nº 099; 100; 101/2025, expressamente indica que os recursos para a cobertura do crédito adicional especial são oriundos de "Superávit Financeiro do Exercício Anterior/Balanço Patrimonial Anexo XIV/2024 e Excesso de Arrecadação do Exercício Financeiro", citando o Art. 43, § 1º, inciso I, da Lei nº 4.320/1964. A discriminação das fontes e dos valores correspondentes, totalizando o montante do crédito, demonstra a observância do requisito de indicação dos recursos, conforme exigido pela Constituição e pela Lei nº 4.320/64.

#### **4. Da Compatibilidade com a Legislação Orçamentária: PPA, LDO e LOA**

O sistema orçamentário brasileiro é estruturado em três leis principais, que devem guardar compatibilidade entre si:

Plano Plurianual (PPA): Estabelece as diretrizes, objetivos e metas de médio prazo da administração pública.

Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO): Orienta a elaboração da Lei Orçamentária Anual, dispõe sobre as alterações na legislação tributária e estabelece a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.





## **ESTADO DE MATO GROSSO CÂMARA MUNICIPAL DE PARANATINGA**

Lei Orçamentária Anual (LOA): Estima as receitas e fixa as despesas para o exercício financeiro.

A inclusão do programa "Drenagem Pluvial da Avenida XV de novembro, Alto dos Bandeirantes e Bueiro no Jardim Paraíso" nos anexos do PPA 2022-2025, conforme o título do Projeto de Lei, é um passo fundamental para garantir a legalidade e a conformidade do gasto. Embora o crédito adicional especial possa ser aberto para despesas não previstas na LOA, é imperativo que a atividade ou programa ao qual se destina esteja alinhado com o planejamento de médio prazo do município, ou seja, com o PPA. A Lei nº 4.320/64, em seu Art. 43, § 2º, dispõe que "Os créditos adicionais terão vigência adstrita ao exercício financeiro em que forem abertos, salvo se o ato de sua abertura for promulgado nos últimos quatro meses daquele exercício, caso em que poderão ser reabertos nos limites de seus saldos, no exercício financeiro subsequente".

A Mensagem do Projeto de Lei reforça a necessidade de atender despesas nos termos do Art. 167, Inciso V, da Constituição Federal e Art. 43, §1º, I, da Lei Federal nº 4.320/64, o que demonstra a preocupação do Executivo em seguir os preceitos legais e constitucionais que regem a matéria orçamentária.

### **5. Da Finalidade Pública e Detalhamento da Despesa**

O Projeto de Lei detalha a destinação do crédito adicional, especificando o órgão (Secretaria de Obras e Serviços Urbanos), a unidade (Departamento de Obras e Serviços Urbano), a função (Urbanismo), a subfunção (Infraestrutura Urbana), o programa (Infraestrutura, Obras e Serviços Urbanos com Qualidade) e, principalmente, o projeto/atividade (Drenagem Pluvial da Avenida XV de novembro, Alto dos Bandeirantes e Bueiro no Jardim Paraíso). O elemento de despesa "Obras e Instalações" (4490.51.00) também está claramente indicado.

Este nível de detalhamento é essencial para a transparência e o controle da aplicação dos recursos públicos, permitindo que o Poder Legislativo e a sociedade acompanhem a execução orçamentária e a efetivação das obras e serviços. A finalidade pública do projeto de drenagem pluvial é inquestionável, contribuindo para a melhoria da infraestrutura e da qualidade de vida dos munícipes.



**ESTADO DE MATO GROSSO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE PARANATINGA**

**DAS COMISSÕES QUE ANALISAM OS PROJETOS**

Nos termos do acima delineados compete manifestar nestes Projetos de Leis as seguintes Comissões:

- a) Comissões de Constituição, Justiça;**
- b) Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização.**
- c) Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Assistência Social, Educação, Saúde, Cultura, Esporte, Cidadania e Meio Ambiente;**
- d) Comissão de Obras e Serviços Públicos.**

**CONCLUSÃO**

Diante do exposto, e com base na análise do Projeto de Lei nº 099; 100; 101/2025 e da legislação pertinente, esta Procuradoria Jurídica opina pela **CONSTITUCIONALIDADE E LEGALIDADE** da proposição, desde que observadas as seguintes condições:

**Existência e Comprovação dos Recursos:** A efetiva existência do superávit financeiro do exercício anterior e do excesso de arrecadação, nos valores indicados, deve ser devidamente comprovada por meio de balanços e demonstrativos contábeis, conforme exigido pela Lei nº 4.320/64.

**Conformidade com o PPA:** A inclusão do programa/atividade nos anexos do Plano Plurianual (PPA 2022-2025) deve ser formalizada e estar em consonância com as diretrizes e metas estabelecidas para o período.

**Formalidades Legislativas:** O trâmite legislativo do Projeto de Lei deve seguir as normas regimentais da Câmara Municipal, incluindo a discussão e votação em plenário.

O Projeto de Lei nº 099; 100; 101/2025 atende aos requisitos formais e materiais exigidos pela Constituição Federal e pela Lei nº 4.320/64 para a abertura de créditos adicionais especiais, indicando a fonte de recursos e a destinação específica da despesa, além de buscar a compatibilidade com o planejamento de médio prazo do município (PPA).

17



**ESTADO DE MATO GROSSO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE PARANATINGA**

Portanto, necessário rememorar, que um parecer jurídico consiste em um parecer técnico opinativo, que analisa a viabilidade jurídica de determinada providência, analisando a ampla juridicidade da mesma, *o agente o quem incumbe opinar não tem o poder decisório sobre a matéria que lhe é submetido, visto que coisas diversas são opinar e decidir.* (CARVALHO FILHO, 2007, p. 134).

Salienta-se que o presente parecer possui caráter meramente opinativo, não vinculando o Gestor Público em sua decisão, podendo, justificadamente, adotar ou não a orientação exposta (STF - AgR HC: 155020 DF - Relator: Min. CELSO DE MELLO, Data de Julgamento: 04/09/2018, Segunda Turma, Data de Publicação: DJe-233 05-11-2018).

É o parecer, que ora submeto, à apreciação da digna Comissão de Constituição, Justiça e Redação desta Casa.

Nada mais havendo a declarar, subscrevemo-nos, respeitando sempre o Soberano Plenário desta Casa Legislativa.

Paranatinga-MT, 02 de junho de 2025.

**JOEL CARDOSO DE SOUZA**  
**PROCURADOR JURÍDICO**  
**PORTARIA Nº 34/2021**  
**OAB/MT 19.303/O**

Joel Cardoso de Souza  
Procurador Jurídico  
Portaria nº 34/2021